

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RODRIGO DE MIRANDA FIDALGO

**UMA ANÁLISE SOBRE O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE POSTOS DE
COMBUSTÍVEIS NO BRASIL E EM SERGIPE.**

Curitiba

2017

RODRIGO DE MIRANDA FIDALGO

**UMA ANÁLISE SOBRE O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE POSTOS DE
COMBUSTÍVEIS NO BRASIL E EM SERGIPE.**

Monografia apresentada como requisito parcial para
obtenção de grau de especialista em Direito
Ambiental, Setor de Ciências Agrárias,
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Sandro Luiz da Costa

Curitiba

2017

RODRIGO DE MIRANDA FIDALGO

**UMA ANÁLISE SOBRE O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE POSTOS DE
COMBUSTÍVEIS NO BRASIL E EM SERGIPE.**

Monografia apresentada como requisito parcial para
obtenção de grau de especialista em Direito
Ambiental, Setor de Ciências Agrárias,
Universidade Federal do Paraná.

Aprovada em 08/04/2017

Examinada por:

Prof.^a Ma. Jaqueline de Paula Heimann
1^a Examinadora

Prof.^a Ma. Fernanda Schuhli Bourges
2^a Examinadora

A Deus, a minha família, a minha esposa,
aos meus amigos e a todas as pessoas
que contribuíram direto ou indiretamente
para o meu sucesso.

AGRADECIMENTOS

- A Deus pela saúde e sabedoria;
- A minha família, em especial a minha mãe, meu pai, meu avô, minha avó (*in memoriam*), aos meus irmãos, minha adorada esposa e a todos que torcem pelo meu sucesso;
- Ao meu orientador Prof. Dr. Sandro Luiz da Costa, pela atenção e zelo com o presente trabalho e a todos os professores e funcionários da UFPR e do PECCA;
- E a todas as pessoas que estiveram ao meu lado direto e indiretamente durante esse período me apoiando nos momentos difíceis e me aplaudindo nas conquistas alcançadas;
- Obrigado a todos.

RESUMO

O mundo vive uma crise ambiental sem precedentes, em decorrência do uso inconsequente dos recursos ambientais ao longo do tempo. Essa crise, com as demonstrações pela própria natureza de que ela estava entrando em colapso, gerou uma conscientização mundial acerca da necessidade de se usar os recursos naturais de forma mais responsável. O marco histórico dessa conscientização foi a Conferência de Estocolmo, em 1972, com a produção da Declaração sobre o Meio Ambiente. Apesar desse marco histórico, o ponto crucial acerca do princípio do desenvolvimento sustentável se deu com o Relatório de Brundthland, em 1987, que culminou no documento denominado Nosso Futuro Comum. Nesse cenário mundial, a Constituição Federal de 1988, trouxe no seu bojo a proteção ao meio ambiente, positivado no art. 225. O sistema jurídico ambiental brasileiro constitui-se de disposições constitucionais e infraconstitucionais, inexistindo uma codificação ambiental. A Carta Magna traz também o sistema de repartição de competências em matéria ambiental, dividindo em competência material e legislativa, positivadas nos arts. 21 ao 24, basicamente. Diversas leis brasileiras tratam do princípio do desenvolvimento sustentável, a exemplo da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6.938/81. Nesse contexto ambiental, o presente trabalho visa tratar de um tema específico e de extrema importância, a saber, Licenciamento Ambiental de Postos de Combustíveis, atividade essa de extremo impacto ambiental. Para o alcance dos objetivos do tema, utilizou-se uma abordagem qualitativa de técnica descritiva de cunho teórico e método hipotético-dedutivo, com a amostragem das legislações estaduais acerca de licenciamento de postos de combustíveis, utilizando como amostra 02 estados por região do Brasil, o de maior IDH e o de menor IDH, com base nas informações extraídas do banco de dados do IBGE e Atlas Brasil. O licenciamento ambiental nos moldes brasileiros é único. Os demais países tratam o tema como Avaliação de Impacto Ambiental – AIA. O conceito e a natureza do licenciamento ainda é objeto de bastante controvérsia doutrinária entre os autores brasileiros, sendo certo apenas tratar-se de um procedimento administrativo, em que se faz necessária a manifestação estatal acerca da sua concessão. A exploração e produção de petróleo é realizado com base no sistema de monopólio, tendo a ANP como agência reguladora da atividade de revenda de combustível automotivo. As principais normatizações acerca dessa atividade são a Resolução nº 41, de 05 de novembro de 2013, da ANP e a Resolução nº 273, de 29 de novembro de 2013, do CONAMA. O licenciamento ambiental brasileiro é composto de 03 etapas em que se verifica a expedição de Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação. Assim, todas as regulamentações estaduais acerca do licenciamento de postos de combustíveis devem obedecer essas 03 etapas e estar em consonância com as resoluções da ANP e do CONAMA. Nesse contexto, aferiu-se que a maior parte dos estados contam com legislação específica para esse tipo de licenciamento, observando-se, de forma geral, que o tratamento legislativo para essa atividade é rigoroso.

Palavras-chave: Recursos ambientais. Desenvolvimento sustentável. Licenciamento ambiental. Postos de combustíveis.

ABSTRACT

The world is experiencing an unprecedented environmental crisis as a result of the relentless use of environmental resources over the years. This crisis, with demonstrations by its very nature that it was collapsing, has generated worldwide awareness about the need to use natural resources more responsibly. The historic milestone of this awareness was the Stockholm Conference in 1972 with the Declaration on the Environment. Despite this historic milestone, the crucial point about the principle of sustainable development was with the Brundthland Report in 1987, culminating in the document Our Common Future. In this world scenario, the Federal Constitution of 1988, brought the protection of the environment, as set forth in art. 225. The Brazilian legal system consists of constitutional and infra-constitutional provisions and there is no environmental codification. The Magna Carta also brings the system of sharing of competences in environmental matters, dividing in material and legislative competence, explicit in articles 21 to 24 basically. Several Brazilian laws deal with the principle of sustainable development, such as the National Environmental Policy Law, Law 6.938 / 81. In this environmental context, the present work aims to address a specific and extremely important issue, named Environmental Licensing of Fuel Stations, an activity that has extreme environmental impact. In order to reach the objectives of this theme, a qualitative approach was used for a descriptive technique with a theoretical and hypothetical-deductive method, with the sampling of the state legislations on the licensing of fuel stations, using as sample 02 states by region of Brazil, The highest HDI and the lowest HDI, based on the information extracted from the IBGE and Atlas Brazil database. Environmental licensing in the Brazilian mold is unique. The other countries treat the theme as Environmental Impact Assessment (EIA). The concept and nature of licensing is still the subject of much doctrinal controversy among Brazilian authors, but it is only an administrative procedure, in which the state manifestation of its concession is necessary. The exploration and production of petroleum is carried out based on the monopoly system, with the ANP as regulatory agency of the activity of reselling automotive fuel. The main regulations regarding this activity are Resolution 41 of November 5, 2013, of ANP and Resolution No. 273 of November 29, 2013 of CONAMA. The Brazilian environmental licensing is composed of 03 stages in which the issuance of Preliminary License, Installation License and Operation License is verified. Thus, all state regulations regarding the licensing of fuel stations must comply with these 03 steps and be in line with the resolutions of the ANP and CONAMA. In this context, it was verified that most of the states have specific legislation for this type of licensing, observing that in general the legislative treatment for this activity is rigorous.

Key words: Environmental resources. Sustainable development. Environmental licensing. Fuel stations.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 METODOLOGIA	11
2 DESENVOLVIMENTO	13
2.1 EVOLUÇÃO DA CRISE AMBIENTAL	13
2.1.1 Desenvolvimento sustentável	15
2.2 LICENCIAMENTO AMBIENTAL	18
2.2.1 Licenciamento ambiental no mundo	18
2.2.2 Licenciamento ambiental no Brasil	19
2.3 SISTEMA JURÍDICO AMBIENTAL BRASILEIRO	24
2.3.1 Competência constitucional ambiental	25
2.3.2 Competência constitucional legislativa ambiental	27
2.4 LICENCIAMENTO DE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS NO BRASIL	30
2.5 LEGISLAÇÕES ESTADUAIS SOBRE O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS	32
2.5.1 Santa Catarina	34
2.5.2 Rio Grande do Sul	36
2.5.3 São Paulo	37
2.5.4 Minas Gerais	39
2.5.5 Distrito Federal	40
2.5.6 Mato Grosso	41
2.5.7 Rio Grande do Norte	43
2.5.8 Alagoas	45
2.5.9 Amapá	47
2.5.10 Pará	48
2.5.11 Sergipe	48
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, faz-se necessário trazer à baila o conceito de licenciamento ambiental nos dizeres de Romeu Thomé como sendo um “procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental”.¹

Ao analisarmos o conceito acima apresentado, precisamos nos socorrer ao direito administrativo para entendermos o que é um procedimento administrativo. Para Di Pietro², o procedimento administrativo é um conjunto de formalidades, que obrigatoriamente devem ser observadas pelo Gestor Público para a prática de certos atos administrativos, sendo que o procedimento se desenvolve dentro de um processo administrativo.

Assim, podemos concluir, de forma livre, que o licenciamento ambiental é um procedimento administrativo, dentro de um processo, que tramitará no órgão responsável competente para expedir a licença ambiental de determinado empreendimento ou atividade, onde essa licença seria o respectivo ato administrativo.

Porém, o licenciamento ambiental não surgiu sem objetivo específico. Ao contrário, existe para proteger e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado e evitar os abusos praticados pelos seres humanos.

Durante anos o meio ambiente foi degradado indiscriminadamente. O crescimento industrial sem controle nos séculos passados foi determinante para ocasionar diversos impactos ambientais significativos, pois o meio natural era visto como mecânico e predominava o pensamento determinista, sendo a natureza colocada como condição ou obstáculo para o desenvolvimento de uma determinada sociedade.

Apenas em 1968, com a formação do Clube de Roma, composto por cientistas, industriais e políticos, que tinha como objetivo discutir e analisar os limites do crescimento econômico levando em conta o uso crescente dos recursos

¹ SILVA, Romeu Faria Thomé da. *Manual de direito ambiental*. Salvador: JusPodivm, 2014, p. 236-237.

² DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 623.

naturais, que começou a preocupação com o meio ambiente e sua integração com o mencionado crescimento.

Após, tivemos outras manifestações que contribuíram para a proteção do meio ambiente, como a Conferência de Estocolmo em 1972, a ECO 92, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo (2002) e a “Rio + 20” realizada em 2012.

Diante desse cenário, nossa Constituição, promulgada em 1988, trouxe no artigo 225, dentro do Capítulo VI – Do Meio Ambiente, um dos dispositivos mais completos no que tange à proteção do meio ambiente, fixando diretrizes que são seguidas pelas legislações infraconstitucionais.

Assim, percebe-se que atualmente existe uma preocupação não só em nível nacional, mas também mundial, com a proteção do meio ambiente, ou seja, o crescimento econômico já não é descontrolado como antes, pois muitas empresas internalizaram em seus orçamentos e planejamentos um desenvolvimento sustentável.

O presente trabalho será produzido através de um estudo sobre o licenciamento ambiental brasileiro como um todo, com base na doutrina, bem como na análise da legislação de dois estados por região, sendo um com o menor e outro com o maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), referente ao licenciamento ambiental de postos de combustíveis, traçando um paralelo com a legislação do Estado de Sergipe.

A escolha dos estados utilizando-se o índice de desenvolvimento humano de cada um, foi optativa com vistas a manter um padrão para o trabalho proposto, uma vez que seria inviável e exaustivo a análise das legislações dos vinte e seis estados da Federação, mais o Distrito Federal.

Com clareza podemos afirmar que os postos de combustíveis estão inseridos no rol de empreendimentos que necessitam obrigatoriamente de licença ambiental para sua implantação e funcionamento. Assim, os Estados estão preparados com legislações eficientes para controlar esse tipo de atividade altamente poluidora?

Com o intuito de responder a esse questionamento, foram elaborados os seguintes objetivos da pesquisa: estudar o licenciamento ambiental no Brasil; estudar as legislações estaduais acerca do licenciamento de postos de

combustíveis, utilizando-se o critério do IDH por região e analisar as legislações estaduais no Estado de Sergipe e outros estados brasileiros.

Esta monografia contempla os seguintes capítulos: capítulo 1 – evolução da crise ambiental e o desenvolvimento sustentável; capítulo 2 – licenciamento ambiental, abordando o licenciamento no mundo e no Brasil; capítulo 3 – sistema jurídico ambiental brasileiro, contemplando a competência constitucional material ambiental e a competência legislativa ambiental; capítulo 4 – licenciamento de postos de combustíveis no Brasil, abordando as legislações nacionais e por fim o capítulo 5 – as legislações estaduais sobre licenciamento ambiental de postos de combustíveis.

1.1 METODOLOGIA

A escolha do tema se originou do estudo dos princípios norteadores do Direito Ambiental e do licenciamento ambiental, uma vez que as licenças oriundas do processo de licenciamento têm caráter *sui generis* e são de fundamental importância para a proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Para se alcançar os objetivos traçados realizaram-se uma pesquisa teórica com abordagem qualitativa através do método hipotético-dedutivo. Conforme Mezzaroba³, pesquisa teórica é aquela em que o pesquisador se vale de um arsenal bibliográfico suficiente e de excelente qualidade para se aproximar do problema, enquanto a abordagem qualitativa é aquela que não tem o condão de medir dados, mas sim de procurar identificar sua natureza.

No que tange ao método hipotético-dedutivo, este servirá de base para que se possa analisar a definição de licenciamento ambiental e suas respectivas licenças, com o intuito de averiguar as legislações estaduais sobre licenciamento ambiental de postos de combustíveis.

Além disso, foram utilizadas fontes primárias e secundárias. As primárias contemplaram as legislações estaduais sobre licenciamento ambiental de postos de combustíveis, e as secundárias, a bibliografia de autores conceituados no ramo do Direito Ambiental. A referida pesquisa cumpriu as seguintes etapas:

³ MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. *Manual de metodologia da pesquisa no direito*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

- Estudo doutrinário acerca do tema proposto, apresentando a visão de alguns autores de renome no cenário jurídico nacional;
- Obtenção de leis estaduais, consultadas no sítio dos respectivos órgãos ambientais, utilizando-se da ferramenta de busca da internet.

Nesse sentido, destaca-se que a pesquisa se mostrou viável, mostrando-se refinada e minuciosa, por intermédio da consulta ao acervo digital.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 EVOLUÇÃO DA CRISE AMBIENTAL

Primeiramente, é importante destacar a evolução da crise ambiental mundial, pois foi através de uma insustentável exploração de recursos naturais e humanos que a civilização floresceu, mas agora corre o risco substancial, pelos efeitos da degradação, de não garantir o apoio da natureza à vida, a médio e longo prazo.

Durante décadas o meio ambiente foi negligenciado por governantes e pela população do Brasil e do mundo. Os recursos naturais, considerados fontes eternas de energia, eram depreciados diariamente com vistas ao crescimento econômico e industrial. E assim, os diversos biomas sofreram com tamanho descaso e aviltamento.

Após anos de utilização dos insumos naturais de forma desmedida, a natureza apresentou sua força e deu contundentes sinais de alerta aos habitantes do planeta, como o aumento da temperatura média da Terra, o buraco na camada de ozônio, a expressiva mudança climática, a escassez de água, e diversos fenômenos naturais jamais vistos, assombraram o mundo e alertaram a população mundial e seus governantes.

Nos dizeres de Costa⁴, o ponto divisor de águas foi a realização, na Suécia, da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, em 1972, conhecida como Conferência de Estocolmo. Esta Conferência, basicamente, foi a primeira grande reunião entre as nações, com o intuito de debater as questões ambientais e tentar achar soluções para proteger o meio ambiente.

Após os debates, foi elaborada a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano. Na declaração há 26 princípios que invocam a preservação dos recursos naturais, com o objetivo de garantir o sustento humano dessa e das gerações futuras.

Entre os princípios da Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, está o reconhecimento de que os recursos naturais necessitam de gestão adequada

⁴ COSTA, Sandro Luiz da. *Gestão integrada de resíduos sólidos urbanos: aspectos jurídicos e ambientais*. Aracaju: Evocati, 2011, p. 17.

para não serem esgotados; pensamento diverso daquele que perdurou por longo período de tempo, no qual os recursos naturais eram desperdiçados com a falsa ideia de que eram inesgotáveis.

Ainda sobre a Declaração de Estocolmo de 1972, um dos pilares da discussão foi o crescimento demográfico mundial. De acordo com Machado⁵, o princípio 16 postula a aplicação de políticas demográficas, respeitando-se os direitos humanos fundamentais e tendo a aprovação dos governos interessados.

Já o princípio 24 da citada Declaração, tenta equiparar as grandes potências mundiais, como os Estados Unidos e países europeus, com as nações subdesenvolvidas economicamente, fazendo com que ambos se unam na tentativa de amenizar os problemas ambientais, a saber:

Princípio 24: Todos os países, grandes e pequenos, devem ocupar-se com espírito e cooperação e em pé de igualdade das questões internacionais relativas à proteção e melhoramento do meio ambiente. É indispensável cooperar para controlar, evitar, reduzir e eliminar eficazmente os efeitos prejudiciais que as atividades que se realizem em qualquer esfera, possam ter para o meio ambiente, mediante acordos multilaterais ou bilaterais, ou por outros meios apropriados, respeitados a soberania e os interesses de todos os estados.⁶

Conforme salientou Afonso da Silva⁷, a Declaração do Meio Ambiente “proclama a necessidade de cooperação internacional com vistas a mobilizar recursos que ajudem os países em desenvolvimento a cumprir a parcela que lhes cabe dentro de sua alçada”.

Por outro norte, Romeu Thomé⁸ asseverou que a Declaração destaca o ser humano como resultado e artífice do meio que o circunda, surgindo, nesse momento, a noção de desenvolvimento socioeconômico em harmonia com a preservação do meio ambiente, que seria conhecida, anos depois, como desenvolvimento sustentável.

Posteriormente, tivemos outros encontros igualmente marcantes, a exemplo da ECO 92 ou Estocolmo + 20, Conferência realizada na cidade do Rio de

⁵ MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2015, p. 64.

⁶ Organização das Nações Unidas [ONU], 1972.

⁷ SILVA, José Afonso da. *Direito ambiental constitucional*. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 61.

⁸ SILVA, Romeu Faria Thomé da. *Manual de direito ambiental*. Salvador: JusPodivm, 2014, p. 43.

Janeiro, onde foi reafirmada a Declaração de Estocolmo, bem como pretendeu aperfeiçoar os mecanismos de proteção ambiental internacional; Cúpula Mundial Sobre Desenvolvimento Sustentável (Joanesburgo 2002) e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio 2012).

Com base nessas grandes reuniões, nota-se um grande esforço para recuperar o tempo perdido durante todos os anos de uso desmedido dos recursos naturais, até mesmo porque, o próprio planeta que sofreu tantas agressões, já deu sinais de que algo precisa ser feito para proteger o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

2.1.1 Desenvolvimento sustentável

Diversos são os conceitos para definir o que vem a ser desenvolvimento sustentável, dentre eles, é possível destacar que o desenvolvimento é aquele “capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações”.⁹

Em que pese o pontapé inicial sobre a preocupação mundial em ter um meio ambiente ecologicamente equilibrado tenha sido a Conferência de Estocolmo em 1972, foi o Relatório Brundtland em 1987, também conhecido como Nosso Futuro Comum, um dos principais documentos que trata do desenvolvimento sustentável e que utilizou pela primeira vez referido conceito.

O Relatório foi formalizado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criado em 1983 pela Assembleia das Nações Unidas, Comissão esta que se reuniu sob a presidência da primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, com vistas a aprofundar propostas mundiais na área ambiental.

Bessa Antunes¹⁰ destaca significativa passagem do Relatório de Brundtland:

9

Disponível

em:

http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/ acesso em 27 de setembro.

¹⁰ ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito ambiental*. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015, p. 25.

A administração do meio ambiente e a manutenção do desenvolvimento impõem sérios problemas a todos os países. Meio ambiente e desenvolvimento não constituem desafios separados; estão inevitavelmente interligados [...].

Os doutrinadores Sarlet e Fensterseifer¹¹, também mencionam o Relatório Nosso Futuro Comum, aduzindo que a ideia de desenvolvimento sustentável ultrapassa o conceito limitado de crescimento econômico, mencionando o artigo 1º, parágrafo 1º, da Declaração sobre Direito ao Desenvolvimento de 1986 que diz que:

[...] o direito ao desenvolvimento é um direito inalienável, em virtude do qual toda pessoa e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, a ele contribuir e dele desfrutar, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados.¹²

Para Romeu Thomé¹³, o princípio do desenvolvimento sustentável visa à harmonização de três vertentes: crescimento econômico; preservação ambiental e equidade social.

Já Machado¹⁴ inclui mais algumas vertentes no conceito de desenvolvimento sustentável, quais sejam: **princípio da integração**, que visa à integração da proteção ambiental e o desenvolvimento econômico; a **equidade intergeracional**, que significa a preservação dos recursos naturais para as futuras gerações; a **equidade intrageracional**, que traduz o uso equitativo dos recursos naturais na mesma geração; e o **uso sustentável**, que preconiza a exploração dos recursos naturais de forma sustentável.

No Brasil, o ordenamento jurídico, através do artigo 225 da Lei Maior, foi sensato ao garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações, demonstrando a preocupação do Constituinte com o desenvolvimento sustentável em todas as suas vertentes:

Art. 225 Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida,

¹¹ SARLET, Ingo Wolfgang e FENSTERSEIFER, Tiago. *Princípios do direito ambiental*. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 90.

¹² ONU, 1986.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ *Apud* CANDEIRA, 2006.

impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presente e futuras gerações.¹⁵

Nota-se do artigo supracitado que o Constituinte não utilizou expressamente o nome desenvolvimento sustentável, porém, a preocupação com a preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações traz a essência da sustentabilidade e o caráter de um princípio implícito.

Além do citado dispositivo, outras leis extravagantes foram editadas pelo Poder Legislativo, como por exemplo, a Lei nº 6.938/81, publicada antes da atual Constituição Federal de 1988 e por ela recepcionada, que trata sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação.

Sarlet e Fensterseifer¹⁶ explicitaram que diversas leis foram editadas trazendo em seu bojo o princípio do desenvolvimento sustentável, quais sejam: Lei nº 12.187/2009 que trata da Política Nacional sobre Mudança do Clima (artigo 3º); Lei nº 12.305/2010 que fala da Política Nacional de Resíduos Sólidos (artigo 6º, IV) e mais recentemente o Novo Código Florestal, Lei nº 12.651/2012 (artigo 1º, parágrafo único). Para Bessa Antunes¹⁷, estaríamos diante do princípio do desenvolvimento que se materializa no direito ao desenvolvimento sustentável, e se encontra manifestado em diferentes textos normativos nacionais e internacionais, conforme relatado linhas acima.

Com base em todo o exposto, é possível dizer que o ordenamento jurídico brasileiro, quando se trata de direito ambiental, está fulcrado no princípio do desenvolvimento sustentável, que encontra guarida em diversas leis esparsas e, principalmente, na Constituição Federal, mesmo que de forma implícita.

¹⁵ BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ *Ibidem*.

2.2 LICENCIAMENTO AMBIENTAL

2.2.1 Licenciamento ambiental no mundo

O licenciamento ambiental nos moldes do nosso sistema, com as três fases de licença e levando-se em conta todos os aspectos do ambiente natural e do ambiente antrópico, é, talvez, único no mundo.¹⁸

A primeira manifestação, de maneira institucionalizada, de política relacionada ao tema impacto ao meio ambiente veio com a criação do NEPA (National Environmental Policy Act¹⁹) em 1969, nos Estados Unidos da América, institucionalizando, no ano seguinte, o processo de Avaliação de Impacto Ambiental – AIA, como um instrumento da sua política ambiental, bem como a origem das licenças ambientais foi a legislação de controle da poluição do ar e da água e do manejo de resíduos sólidos dos EUA e de outros países da Europa.²⁰

Mais tarde, o instrumento de Avaliação de Impacto Ambiental – AIA também foi adotado pela França, Canadá, Holanda, Grã-Bretanha e Alemanha. Citando o Canadá, este foi o segundo país a implantar a obrigatoriedade da Avaliação de Impacto Ambiental – AIA, depois dos EUA, apesar do Direito canadense ser pouco conhecido pelos juristas brasileiros.²¹

Conforme já mencionado, o licenciamento ambiental no formato aplicado no Brasil, com a necessidade, em regra, de expedição das três licenças para os empreendimentos potencialmente capazes de causar degradação ambiental, possivelmente não será encontrado em nenhum outro país.

Assim, no próximo capítulo trataremos especificamente do licenciamento ambiental no Brasil.

¹⁸ Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/DAI/_arquivos/iaraverocai2.pdf. Acesso em 15 de novembro.

¹⁹ Tradução livre - Lei Nacional de Política Ambiental.

²⁰ Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/dai_pnc/_arquivos/pnc_caderno_licenciamento_ambiental_01_76.pdf Acesso em 15 de novembro.

²¹ Ibidem, p. 595.

2.2.2 Licenciamento ambiental no Brasil

Por ser considerado bem de uso comum do povo, os recursos ambientais são caracterizados como patrimônio público, pertencentes a coletividade, ou seja, os particulares não podem utilizá-los livremente sem a concessão do Poder Público.

Romeu Thomé²² aduz que “o consentimento estatal para a utilização de recursos naturais é dado através do procedimento de licenciamento ambiental”.

Já Bessa Antunes²³ (2015, p. 186), apresenta importante distinção entre controle ambiental e licenciamento ambiental. O primeiro seria a observância da legislação de proteção ao meio ambiente, independentemente de estarem licenciadas ou não, tratando-se de um poder-dever estatal de ordenar que referida legislação seja rigorosamente cumprida. Já o segundo, pode ser considerado como sendo uma espécie de controle ambiental específico para atividades potencialmente capazes de causar degradação ambiental.

O artigo 2º, inciso I da Lei Complementar 140/2011, que trata basicamente da repartição das ações administrativas dos entes federados e o exercício do licenciamento ambiental, diz que o licenciamento é o procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

A mesma Lei complementar alterou o *caput* do artigo 10 da Lei nº 6.938/81 que trata do licenciamento ambiental, passando a vigorar com a seguinte redação:

[...] a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental.²⁴

Outro ponto merecedor de destaque é a nomenclatura utilizada e a diferença existente entre licença, autorização e licenciamento ambiental. Para Machado²⁵ “o emprego na legislação e na doutrina do termo “licenciamento”

²² *Ibidem*, p. 235.

²³ *Ibidem*, p. 286.

²⁴ BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

²⁵ *Ibidem*, p. 319.

ambiental não traduz necessariamente a utilização da expressão jurídica “licença”, em seu rigor técnico”.

Com vistas a elucidarmos a problemática apresentada, importante trazer algumas definições oriundas do Direito Administrativo e sua doutrina. Para Di Pietro²⁶, o termo jurídico licença refere-se a um direito preexistente, onde cabe à Administração Pública apenas declarar o ato, tendo caráter eminentemente vinculado, ou seja, preenchidos os requisitos legais exigidos, a autoridade competente não pode recusar a expedição do ato.

No que tange ao termo jurídico autorização, Dirley da Cunha²⁷ preconiza como sendo o ato administrativo unilateral “discricionário e precário por meio do qual a Administração Pública constitui certas situações jurídicas [...]”, ou seja, é discricionário pelo fato de a Administração Pública, com base nos critérios subjetivos da conveniência e oportunidade, decidir se expede ou não o ato, e precário porque pode ser revogado a qualquer tempo. Assim, podemos dizer que estamos diante de uma licença com natureza jurídica de autorização, isso porque o artigo 10, § 1º da Lei nº 6.938/81, fala em pedido de renovação de licença, demonstrando a verdadeira natureza de autorização, pois se fosse de fato uma licença, seria ato definitivo, sem necessidade de renovação.

Já o termo licenciamento ambiental, nos dizeres de Machado²⁸ “tem vida própria, independente do conceito de ‘licença’, expressão utilizada no Direito Administrativo”, conforme explicitado linhas acima.

Romeu Thomé²⁹ (2014, p. 236-237), retira o conceito de licenciamento ambiental do artigo 2º, inciso I da Lei Complementar 140/2011, que define como sendo “procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental”, e conclui que “o licenciamento ambiental detém natureza jurídica de procedimento administrativo”.

²⁶ *Ibidem*, p. 228.

²⁷ CUNHA JÚNIOR, Dirley da. *Curso de direito administrativo*. 11. ed. Salvador: JusPodivm, 2012, p. 132.

²⁸ *Ibidem*, p. 320.

²⁹ *Ibidem*, p. 236-237.

Ainda na busca de conceituar o termo licenciamento ambiental, Maria Souza³⁰ menciona que licenciamento ambiental é o procedimento administrativo onde o órgão ambiental competente, representando a administração pública, por intermédio de órgão ambiental competente, avalia a proposta apresentada para o empreendimento e o legitima, com base nas disposições legais e regulamentares aplicáveis e sua interdependência com o meio ambiente, emitindo a respectiva licença ambiental.

Para Édis Milaré³¹ “o licenciamento ambiental obedece a preceitos legais, normas administrativas e rituais claramente estabelecidos”, sendo considerado um “ato uno” e de “caráter complexo”, visto que vários agentes do SISNAMA podem intervir em suas etapas, demonstrando claramente a intenção de proteger o meio ambiente em sua integralidade.

Encerrada a conceituação do termo licenciamento ambiental, porém não esgotada, tendo em vista ser um tema bastante amplo, passamos para a análise das suas etapas. O artigo 10 da Resolução nº 237/97 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA³², traz as etapas existentes num procedimento de licenciamento ambiental:

Art. 10 - O procedimento de licenciamento ambiental obedecerá às seguintes etapas: I - Definição pelo órgão ambiental competente, com a participação do empreendedor, dos documentos, projetos e estudos ambientais, necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida; II - Requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, acompanhado dos documentos, projetos e estudos ambientais pertinentes, dando-se a devida publicidade; III - Análise pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias; IV - Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, uma única vez, em decorrência da análise dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados, quando couber, podendo haver a reiteração da mesma solicitação caso os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios; V - Audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente; VI -

³⁰ SOUZA, Maria Lucia Cardoso de. *Entendendo o licenciamento ambiental passo a passo: normas e procedimentos*. Salvador: Ambiente Sustentável – Assessoria e Treinamento LTDA., 2010, p. 35.

³¹ MILARÉ, Édis. *Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco*. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 420-421.

³² Órgão consultivo e deliberativo, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida (artigo 6º, inciso II da Lei nº 6.938/81).

Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, decorrentes de audiências públicas, quando couber, podendo haver reiteração da solicitação quando os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios; VII - Emissão de parecer técnico conclusivo e, quando couber, parecer jurídico; VIII - Deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade. § 1º - No procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente, a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitidas pelos órgãos competentes. § 2º - No caso de empreendimentos e atividades sujeitos ao estudo de impacto ambiental - EIA, se verificada a necessidade de nova complementação em decorrência de esclarecimentos já prestados, conforme incisos IV e VI, o órgão ambiental competente, mediante decisão motivada e com a participação do empreendedor, poderá formular novo pedido de complementação.³³

Além das mencionadas etapas acima reproduzidas, temos também as fases de licença ambiental que estão delineadas no Decreto 99274/1990 e no artigo 8º da Resolução 237/97, quais sejam: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO).

Romeu Thomé³⁴, em sua obra sobre direito ambiental, divide as licenças ambientais em preliminares (licença prévia e licença de instalação) e final (licença de operação).

A Licença Prévia (LP) está definida no artigo 8º, inciso I da Resolução 237/97 do CONAMA, sendo concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, depois de atestada a viabilidade ambiental e estabelecida os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação. Após, o empreendedor deverá elaborar o projeto básico do empreendimento, também denominado de projeto de engenharia.

A definição de projeto básico pode ser encontrada no artigo 6º, inciso IX da Lei nº 8.666/93, que trata das licitações e contratos administrativos. Abaixo, transcrição literal do trecho do citado dispositivo, a saber:

Projeto Básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que

³³ CONAMA, 1997.

³⁴ *Ibidem*, p. 239.

possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.³⁵

No caso do licenciamento ambiental, mais precisamente da licença prévia, devemos acrescentar ao conceito de projeto básico, a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental que o empreendimento poderá causar. Com essas novas diretrizes, o projeto básico voltado à licença prévia estará completo.

O inciso II, do artigo 8º, da Resolução 237/97, define a Licença de Instalação (LI) como sendo aquela que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante.

Nesse segundo tipo de licença, temos a elaboração do projeto executivo, que seria uma reestruturação do projeto original, acrescentando detalhes técnicos essenciais à continuidade do procedimento de licenciamento ambiental³⁶. O objetivo desse projeto é compatibilizar a instalação do empreendimento com a proteção do meio ambiente.

Após a elaboração do projeto executivo, o órgão ambiental competente expede a licença autorizando a instalação do empreendimento, determinando as condicionantes que deverão ser cumpridas pelo empreendedor, as quais são imprescindíveis para a solicitação e obtenção da Licença de Operação.

Já a Licença de Operação (LO), também conhecida como licença de funcionamento ou licença final, está conceituada no artigo 8º, inciso III da Resolução 237/97 do CONAMA, traduzindo-se como a licença que autoriza a operação da atividade ou empreendimento, depois de verificado o efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

Para Romeu Thomé³⁷, a Licença de Operação tem por finalidade “aprovar a forma proposta de harmonização entre o empreendimento e o meio ambiente, estabelecendo condicionantes para o início e a continuidade do mesmo”.

³⁵ BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

³⁶ *Ibidem*, p. 240.

³⁷ *Idem*, p. 241.

Após a obtenção da licença de operação, o empreendimento está autorizado a entrar em funcionamento, ressaltando que o licenciamento ambiental não desobriga o empreendedor da necessidade de obtenção de outras autorizações ambientais específicas.

Outro ponto de destaque no licenciamento ambiental, é o parágrafo único do artigo 8º, Resolução 237/97 do CONAMA, que autoriza a expedição de licenças ambientais isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade, o que corrobora o caráter discricionário do procedimento.

Assim, nota-se que todo o procedimento para o licenciamento ambiental visa à proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, tratando com maior seriedade os empreendimentos efetiva ou potencialmente causadores de qualquer degradação ambiental.

2.3 SISTEMA JURÍDICO AMBIENTAL BRASILEIRO

Barroso³⁸ leciona no sentido de que "as normas de tutela ambiental são encontradas difusamente ao longo do texto constitucional", onde nos deparamos com diversos exemplos de proteção ao meio ambiente, a exemplo dos artigos 5º, LXXIII; 20, incisos I a XI e § 1º e 2º; 21 IX, XIX, XX, XXIII, XXV; 22, IV, XII, XVI; 23, I, III, IV, VI, VII, IX, XI, entre outros.

Longe de ter esgotado o tema, outras leis extravagantes vieram para complementar o sistema jurídico ambiental brasileiro, das quais podemos citar a Lei nº 5.197/67: Proteção da Fauna Silvestre; Poluição Atmosférica: Lei nº 6.803/80; Lei nº 6.938/81: Política Nacional de Meio Ambiente; Flora e Solo: Estatuto da Terra, Lei nº 8.174/91; Zoneamento Industrial, Lei nº 8.723/93; Lei nº 9.605/98: Crimes Ambientais (sanções penais e administrativas); Sistema Nacional de Unidade de Conservação, Lei nº 9.985/00; Urbano: Lei nº 10.257/02 (Estatuto da Cidade); Decreto nº 6.514/08, infrações e sanções administrativas; Lei Complementar nº 140/2011 e Lei Florestal nº 112.651/12.

³⁸ BARROSO, Luis Roberto. *A proteção do meio ambiente na Constituição brasileira*. Revista Forense, v. 317, 1992, p.177.

Assim, nosso sistema jurídico ambiental, subordinado à Constituição Federal, traz à baila outras leis que visam à proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Mas não é só isso. A Lei Maior também trouxe um moderno sistema de repartição de competência, a ser analisado nos próximos capítulos.

2.3.1 Competência constitucional ambiental

No que tange à competência constitucional em matéria ambiental, esta foi repartida pela Constituição entre todos os entes da federação brasileira. Nos dizeres de Romeu Thomé³⁹ “quanto ao critério de relação entre os entes federativos, o modelo adotado no Brasil é denominado federalismo cooperativo”.

Entretanto, é imperioso destacar, que o artigo 21 da Lei Maior trata de diversas aéreas relacionadas ao meio ambiente, como a atinente à exploração econômica dos recursos naturais com potencial energético, a saber:

Art. 21. Compete à União: [...] IX - elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social; [...] XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão: [...] b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos; [...] XIX - instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso; XX - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos; [...] XXIII - explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições: a) toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional; b) sob regime de permissão, são autorizadas a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais; c) sob regime de permissão, são autorizadas a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida igual ou inferior a duas horas; d) a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa; XXIV - organizar, manter e executar a inspeção do trabalho. XXV - estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa.⁴⁰

³⁹ Ibidem, p. 129

⁴⁰ BRASIL, 1988.

O dispositivo acima transcrito em parte, trata do que a doutrina chama de competência material exclusiva ou competência administrativa, a qual é indelegável, trazendo um rol taxativo de competência privativa da União, ou seja, todos os assuntos mencionados no artigo 21, inclusive os relacionados com o meio ambiente, somente a União poderá administrar.

Contrapondo tal exclusividade, o artigo 23 da Constituição trata da competência material comum, onde todos os entes da Federação exercem a administração dos assuntos relacionados no dispositivo, ressaltando que neste caso o rol é exemplificativo.

José Afonso da Silva⁴¹, assevera que a Constituição abriu a possibilidade de Estados, Distrito Federal e Municípios compartilharem com a União da prestação de serviços em algumas matérias, destacando um dispositivo (artigo 23), onde relaciona temas de competência comum, dentre eles, diretrizes, preceitos e políticas relativas à proteção ambiental, senão vejamos:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural; [...] VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; VII - preservar as florestas, a fauna e a flora; [...] IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios; Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.⁴²

A pedra de toque do artigo mencionado é o parágrafo único, que dá a Leis Complementares a autorização para fixarem normas de cooperação. A Lei Complementar 140, de 08 de dezembro de 2011, na seara do direito ambiental, é o maior exemplo dessa aplicabilidade, pois fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção do meio ambiente.

⁴¹ Ibidem, p. 501.

⁴² BRASIL, 1988.

Dessa forma, tratamos da competência constitucional ambiental material, que se subdivide em exclusiva (artigo 21) e comum (artigo 23), as quais se referem à administração de assuntos mencionados em seus incisos e alíneas voltados à proteção do meio ambiente.

2.3.2 Competência constitucional legislativa ambiental

Diferentemente da competência constitucional material estudada no tópico anterior, a competência constitucional legislativa, em linhas gerais, constitui-se no poder concedido aos entes federados para a elaboração das leis e atos normativos, ressaltando que existe a possibilidade de ocorrer a competência legislativa exclusiva, não havendo, nesse caso, outorga de poderes.

Fiorillo⁴³ divide a competência legislativa em:

a) **exclusiva**: conferida a um ente com exclusão dos demais, de forma indelegável. Está prevista no art. 25, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal;

b) **privativa**: conceituada como própria de uma entidade, todavia passível de delegação e suplementação da competência. Tem previsão no art. 22 e parágrafo único da Constituição Federal;

c) **concorrente**: caracterizada pela possibilidade de União, Estados e Distrito Federal disporem sobre o mesmo assunto ou matéria, sendo que à União caberá legislar sobre normas gerais e está prevista no art. 24 da Constituição Federal;

d) **suplementar**: correspondente à concorrente, atribui competência a Estados, Distrito Federal (art. 24, § 2º) e Municípios (art. 30, II) para legislarem sobre normas que suplementem o conteúdo de princípios e normas gerais ou que supram a ausência ou omissão destas.

Ainda sobre o artigo 24 da Lei Maior, que trata da competência legislativa concorrente, Romeu Thomé⁴⁴ traz duas subclassificações dentro do citado dispositivo, a saber:

⁴³ FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Curso de direito ambiental brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 199-200.

⁴⁴ SILVA, Romeu Faria Thomé da. *Manual de direito ambiental*. Salvador: JusPodivm, 2014, p. 132-133.

a) **competência legislativa supletiva ou plena**: decorre da inércia da União em editar lei federal sobre normas gerais. A partir daí os Estados e o Distrito Federal adquirem **competência plena** para a edição de normas gerais e de normas específicas sobre os assuntos relacionados no artigo 24 da Constituição Federal (art. 24, § 3º);

b) **competência legislativa suplementar ou complementar**: é um desdobramento da competência concorrente e caberá aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre normas em complementação às normas gerais já existentes (art. 24, § 2º).

O artigo 22 da Constituição ao tratar da competência legislativa privativa, menciona diversos incisos diretamente ligados ao meio ambiente, ressaltando que todos os dispositivos se referem a exploração econômica de recursos naturais com potencial energético, pois referidos bens são de propriedade da União ou suas atividades são monopolizadas por ela⁴⁵, senão vejamos:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: [...] IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão; [...] X - regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial; [...] XII - jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia; [...] XIV - populações indígenas; [...] XVIII - sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais; [...] XXVI - atividades nucleares de qualquer natureza; [...] Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.⁴⁶

É no parágrafo único que reside a possibilidade de delegação para que Estados legiferem em situações específicas, mediante edição de lei complementar.

Para Bulos⁴⁷, o parágrafo único do artigo 22 da Constituição é classificado como uma competência delegada, devendo, para tanto, serem observados dois requisitos, a formalização do ato delegatório (requisito de forma), que deverá ser por meio de lei complementar federal e o objeto do ato delegatório (requisito de conteúdo), que consiste na lei complementar apenas autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas nos incisos do artigo 22.

⁴⁵ SILVA, Romeu Faria Thomé da. *Manual de direito ambiental*. Salvador: JusPodivm, 2014, p. 130.

⁴⁶ BRASIL, 1988.

⁴⁷ BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de direito constitucional*. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 966.

Já o artigo 24 da Lei Maior, traz o que a doutrina denomina de competência legislativa concorrente, asseverando que à União cabe legislar sobre normas gerais, adquirindo os Estados e o Distrito Federal a competência plena em caso de inércia da União em editar lei sobre normas gerais e utilizando-se da competência suplementar no caso de edição de lei sobre normas em complementação às normas gerais já existentes:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...] VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; [...] § 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. § 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados. § 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.⁴⁸

Ao analisarmos os dispositivos mencionados, nota-se que os Municípios não aparecem elencados no artigo 25 nem no artigo 24 da Constituição, o que poderia levar ao entendimento de que eles não teriam a possibilidade de legislar em matéria ambiental.

Porém, através do que dispõe o artigo 30, incisos I e II, os Municípios tem legitimidade para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber:

Art. 30. Compete aos Municípios:
I - legislar sobre assuntos de interesse local;
II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; [...] ⁴⁹

Para Bessa Antunes⁵⁰, os Municípios reúnem totais condições de legislar, pois as populações e as autoridades locais conhecem os problemas e as mazelas ambientais da sua localidade, sendo certo que são as primeiras a identificar o problema.

⁴⁸ BRASIL, 1988.

⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 106.

Um ponto bastante debatido na doutrina é o termo interesse local, visto que o mesmo seria muito amplo e atingiria os interesses dos Estados e da União. Para dirimir a celeuma, o princípio da predominância do interesse deverá sempre ser utilizado, ressaltando que prepondera interesse do Município sobre eventuais interesses dos demais entes, sem, contudo, significar ausência de interesse regional ou nacional, ou seja, ambos os interesses podem coexistir harmonicamente.

Bulos⁵¹ conceitua interesse local como sendo “aquele que diz respeito às necessidades básicas e imediatas do Município”, corroborando com o conceito acima, pois não há conflito entre os interesses, apenas uma preponderância do interesse municipal sobre os demais.

Assim, fechamos o capítulo inerente à competência constitucional legislativa ambiental.

2.4 LICENCIAMENTO DE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS NO BRASIL

A exploração e produção de petróleo no Brasil, após a Emenda Constitucional nº 9 de 1995, passou a ser exercida pelo sistema de monopólio, porém, com a concessão do serviço e a abertura do mercado para a iniciativa privada, legitimando a competição com a empresa de economia mista Petrobras, vide artigo 177 da Constituição.

Já a Agência Nacional do Petróleo (ANP), órgão regulador da indústria do petróleo, foi criada mediante a edição da Lei nº 9.478/97⁵², no seu artigo 7º, por força do artigo 177, § 2º, inciso III da Lei Maior. É integrante da Administração Federal indireta, submetida ao regime autárquico especial e vinculada ao Ministério de Minas e Energia.⁵³

Nota-se no inciso IV, artigo 1º da Lei nº 9.478, que um dos princípios e objetivos da política energética nacional é a proteção do meio ambiente, o que por

⁵¹ *Ibidem*, p. 967.

⁵² Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

⁵³ ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito ambiental*. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015, p. 1.267.

certo já demonstra uma integração com a Constituição Federal, mais precisamente o artigo 225.

O artigo 6º da Lei acima traz diversas definições técnicas, dentre elas, o significado de revenda insculpada no inciso XXI, como sendo a atividade de venda a varejo de combustíveis, lubrificantes e gás liquefeito envasado, exercida por postos de serviços ou revendedores.

O exercício da atividade de revenda de combustível automotivo é regulamentado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) através da Resolução nº 41 de 5 de novembro de 2013, por meio do qual ficaram estabelecidos os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos e a sua regulamentação. Nesse documento são detalhados os requisitos necessários a serem cumpridos por uma pessoa jurídica para o registro, instalação, aquisição de combustível automotivo, revenda, controles, aferições, bem como sua regulamentação junto à Agência Reguladora.

Entretanto, no âmbito federal é a Resolução CONAMA nº 273⁵⁴, de 29 de novembro de 2000, publicada no DOU nº 5, de 8 de janeiro de 2001, que define as responsabilidades no que diz respeito ao licenciamento ambiental dos Postos de Gasolina.

Logo nas considerações iniciais da mencionada Resolução, o CONAMA traz a preocupação com a proteção do meio ambiente e a relação com as atividades potencialmente poluidoras e geradoras de acidentes ambientais.

No artigo 1º, a Resolução ratifica sua preocupação e mostra sua força cogente ao exigir prévio licenciamento do órgão ambiental competente:

A localização, construção, instalação, modificação, ampliação e operação de postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.⁵⁵

Passando para os artigos 4º e 5º da mesma Resolução, os mesmos tratam especificamente das licenças necessárias para o planejamento, instalação e operação de postos de combustíveis, deixando a cargo do órgão ambiental

⁵⁴ Estabelece diretrizes para o licenciamento ambiental de postos de combustíveis e serviços e dispõe sobre a prevenção e controle da poluição.

⁵⁵ CONAMA, Resolução nº 273, de 29 de novembro de 2000.

competente exigir a apresentação das mencionadas licenças, as quais tem características idênticas às aquelas apresentadas no tópico 2.2.2 que trata do licenciamento ambiental no Brasil.

Em razão da Lei Complementar 140/2011 transferir ao órgão ambiental competente a exigência da apresentação das licenças ambientais para planejamento, instalação e operação dos postos de combustíveis, passaremos agora a tratar das legislações estaduais sobre o tema.

2.5 LEGISLAÇÕES ESTADUAIS SOBRE O LICENCIAMENTO DE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS

No presente capítulo passaremos a analisar as legislações estaduais acerca do licenciamento ambiental de postos de combustíveis, atividade potencialmente capaz de causar degradação ambiental.

Para selecionar os estados da federação que teriam suas legislações analisadas, foi utilizado o seguinte critério: dois estados por região, sendo um com maior IDH⁵⁶ e o outro com o menor IDH. As informações foram obtidas nos sites do IBGE⁵⁷ e do Atlas Brasil⁵⁸, referentes ao último censo realizado em 2010, assim como a tabela abaixo.

⁵⁶ Índice de Desenvolvimento Humano, uma medida importante concebida pela ONU (Organização das Nações Unidas) para avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma população.

⁵⁷ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, uma organização pública responsável pelos levantamentos e gerenciamentos dos dados e estatísticas brasileiras.

⁵⁸ Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking> Acesso em 31 de outubro.

A partir de agora passamos a analisar as referidas legislações sem a pretensão de esgotar o tema em razão da sua extensão.

2.5.1 Santa Catarina


No estado de Santa Catarina, o de maior IDH da região sul do país, foi editada a Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, que instituiu o Código Estadual do Meio Ambiente e estabeleceu outras providências.

Na mencionada Lei temos o Título IV (dos instrumentos da política estadual do meio ambiente), Capítulo I – do licenciamento ambiental, que trata do licenciamento ambiental de atividades consideradas, por meio de Resolução do CONSEMA⁵⁹, potencialmente causadoras de degradação ambiental, dentre elas a comercialização de combustíveis.

Especificamente para o comércio de combustíveis líquidos e gasosos em postos revendedores, postos flutuantes e instalações de sistema retalhista, com ou sem lavagem e/ou lubrificação de veículos, a Instrução Normativa (IN) nº 01 de 2015, redigida pela FATMA – Fundação do Meio Ambiente, elenca todos os passos que devem ser seguidos pelos empreendedores, inclusive com modelos de requerimentos necessários para a concessão das licenças.

⁵⁹ Conselho Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina.

Figura 02: sumário da IN nº 01 de 2015.

		Instrução Normativa Nº. 01 Comércio de combustíveis líquidos e gasosos em postos revendedores, postos flutuantes e instalações de sistema retalhista, com ou sem lavação e/ou lubrificação de veículos.	IN-01
1	Sumário		
1	Objetivo	1	
2	Licenciamento Ambiental	1	
2.1	Licença Ambiental	1	
2.2	Empreendimentos Passíveis de Licenciamento Ambiental	2	
2.3	Instrumentos Legais do Processo de Controle Ambiental	2	
2.4	Instrumentos Técnicos Utilizados no Processo de Licenciamento Ambiental	2	
2.5	Etapas do Processo de Licenciamento Ambiental	2	
3	Instrumentos Técnicos Utilizados no Licenciamento da Atividade	3	
3.1	Estudo Ambiental Simplificado (EAS)	3	
3.2	Relatório Ambiental Prévio (RAP)	3	
3.3	Estudo de Conformidade Ambiental (ECA)	3	
3.4	Dispensa de Estudo Ambiental na Forma da Resolução CONSEMA	4	
4	Instruções Gerais	4	
5	Instruções Específicas para o Licenciamento da Atividade	6	
5.1	Com relação aos equipamentos	6	
5.2	Com relação ao monitoramento	7	
5.3	Com relação à remoção de tanques	8	
5.4	Com relação à geração de resíduos	8	
5.5	Com relação à Encerramento de Atividade	9	
6	Documentação Necessária para o Licenciamento da Atividade	9	
6.1	Licença Ambiental Prévia	9	
6.2	Licença Ambiental de Instalação	9	
6.3	Autorização Ambiental para substituição de tanques	10	
6.4	Licença Ambiental de Operação	10	
6.5	Renovação da Licença Ambiental de Operação	12	
	Anexo 1 – Modelo de Requerimento	14	
	Anexo 2 – Modelo de Procuração	15	
	Anexo 3 – Modelo de termo de Compromisso	16	
	Anexo 4 – Termo de Referência para Elaboração do Estudo Ambiental Simplificado (EAS)	17	
	Anexo 5 – Termo de Referência para Elaboração do Relatório Ambiental Prévio (RAP)	20	
	Anexo 6 – Modelo de Termo de Compromisso de Coleta e Destinação de Resíduos e Manutenção das Unidades	23	
	Anexo 7 – Planilha de Anual de Destinação do Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado	24	
	Anexo 8 – Endereços da Fundação do Meio Ambiente - FATMA	25	

Fonte: FATMA – Fundação do Meio Ambiente.

Destaca-se o item 2.3 que trata dos Instrumentos Legais do Processo de Controle Ambiental, que nada mais é do que as fases de licenças ambientais já estudados no presente trabalho, com os respectivos prazos de duração e seus dispositivos legais, ressaltando a Lei nº 14.262, de 21 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a Taxa de Prestação de Serviços Ambientais. Outra ressalva são os itens 2.4 e 2.5 que legiferam sobre os instrumentos técnicos utilizados no processo

de licenciamento ambiental e as etapas do processo de licenciamento ambiental, respectivamente, sendo o item 2.4 assim disposto:

- Estudo de Impacto Ambiental e respectivo relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA);
- Estudo Ambiental Simplificado (EAS);
- Relatório Ambiental Prévio (RAP);
- Estudo de Conformidade Ambiental (ECA);
- Projetos de Controle Ambiental;
- Planos e Programas Ambientais;
- Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD);
- Avaliação de Passivo Ambiental em Solo e Água Subterrânea;
- Avaliação de Risco a Saúde Humana para Fins de Gerenciamento de Áreas Contaminadas;
- Plano de Ação Emergencial;
- Projeto de Remediação da Área.

Nota-se que a Instrução Normativa sob análise não traz em seu bojo todas as definições dos instrumentos técnicos utilizados no processo de licenciamento ambiental acima mencionados, mas apenas aqueles utilizados no licenciamento da atividade (item 3), quais sejam, Estudo Ambiental Simplificado (EAS); Relatório Ambiental Prévio (RAP) e Estudo de Conformidade Ambiental (ECA), o que nos leva a crer que os demais instrumentos são prescindíveis para o licenciamento de postos no estado.

Na parte final, a IN nº 01 de 2015 apresenta modelos dos requerimentos que deverão ser preenchidos pelos empreendedores que almejam as licenças para suas empresas, bem como os endereços e contatos da FATMA.

2.5.2 Rio Grande do Sul

O estado do Rio Grande do Sul, último colocado na classificação do IDH na região sul, também tem um sólido Código Estadual do Meio Ambiente (Lei Estadual nº 11.520/2000), onde preservou a cooperação entre Estado, municípios,

coletividade e cidadãos o dever de manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado, carregando o Poder Público de maior responsabilidade.

Fugindo um pouco do tema proposto, mas sem perder a essência do trabalho relacionado, o artigo 14 do mencionado Código é muitíssimo interessante porque traz diversos conceitos, distribuídos em 58 incisos, dentre eles a definição de animais autóctones como sendo aqueles representativos da fauna nativa do Rio Grande do Sul.

O capítulo VIII trata do licenciamento ambiental, que compreende do artigo 55 ao artigo 70, e apresenta diversos regramentos importantes para a preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Destaque para o artigo 67, parágrafo único, que exemplifica o conceito *sui generis* da licença ambiental, pois mesmo depois de concluídas as fases de licença prévia (LP) e licença de instalação (LI), os empreendimentos e atividades ainda ficam sujeitos ao atendimento das exigências e critérios estabelecidos pelo órgão ambiental competente quanto aos aspectos de localização e implantação.

No que tange ao licenciamento de postos de combustíveis no mencionado estado, após minuciosa pesquisa na internet não foi encontrada nenhuma legislação específica, mas apenas informações de que existe um programa de regularização dos postos de combustíveis, sem a menção de uma lei estadual ou algo do gênero.

2.5.3 São Paulo

O segundo maior IDH do Brasil e o primeiro da região sudeste, São Paulo, apresenta uma legislação estadual traduzida no Roteiro Único para o procedimento de licenciamento ambiental de postos e sistemas retalhistas de combustíveis, tendo como base a Resolução Conama nº 273/2000, a Resolução SMA nº 05/01⁶⁰ e o Regulamento da Lei 997/76⁶¹, aprovado pelo Decreto 8.468/76 e alterado pelo Decreto 47.397/2002.

⁶⁰ Dispõe sobre a aplicação e o licenciamento ambiental das fontes de poluição a que se refere a Resolução n. 273, de 29 de novembro de 2000, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

⁶¹ Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente.

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB é a agência do Governo do Estado responsável pelo controle, fiscalização, monitoramento e licenciamento de atividades geradoras de poluição, com a preocupação fundamental de preservar e recuperar a qualidade das águas, do ar e do solo, e ligada à Secretaria do Meio Ambiente do governo paulista, sendo a responsável, também, por elaborar o Roteiro Único acima referido.

O Roteiro Único não traz grandes inovações no ordenamento jurídico, limitando-se a definir os estabelecimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, dividindo-os em empreendimentos novos⁶², empreendimentos sujeitos à reforma completa⁶³, empreendimentos sujeitos à adequação às condições mínimas⁶⁴ e empreendimentos enquadrados na condição intermediária⁶⁵.

Após, o Roteiro elenca as licenças necessárias para a regularização das empresas com base em cada tipo de empreendimento, destacando os empreendimentos sujeitos à adequação às condições mínimas, que necessitam apenas da licença de operação (LO), mitigando o procedimento de licenciamento. Outro ponto de relevo é o item 7 que trata da dispensa do licenciamento, valendo a transcrição na íntegra:

Nas situações indicadas a seguir, o empreendimento está dispensado de solicitar as licenças ambientais. a) Substituição, uma única vez, dentro da vigência da LO, de um único tanque subterrâneo por outro de igual capacidade, a ser instalado no mesmo local, desde que atendidas as exigências técnicas para a instalação de tanques e equipamentos a ele associados. b) Substituição e/ou instalação de unidades de abastecimento, ainda que implique a adição ou substituição de tubulações. c) Instalações destinadas ao abastecimento de frota própria e que possuam somente tanques aéreos com capacidade total de armazenamento igual ou inferior a 15 m³. Os empreendimentos que se enquadrarem nas situações “a” e “b” devem encaminhar correspondência à Agência Ambiental da CETESB informando a substituição dos equipamentos. Esse procedimento é válido somente para os estabelecimentos licenciados, que, no momento da

⁶² Estabelecimentos a serem instalados em local onde não há instalações para o desenvolvimento da atividade de armazenamento de combustível automotivo.

⁶³ Estabelecimentos que possuam todos os tanques subterrâneos com idade superior a 15 anos ou os estabelecimentos que possuam apenas tanques aéreos que não tenham sido aprovados nos ensaios de requalificação.

⁶⁴ Estabelecimentos que possuam todos os tanques subterrâneos com idade inferior a 15 anos, instalados em data anterior à Resolução Conama 273/2000, ou estabelecimentos que possuam apenas tanques aéreos que tenham sido aprovados nos ensaios de requalificação.

⁶⁵ Estabelecimentos que possuam pelo menos um de seus tanques subterrâneos com idade inferior a 15 anos, instalado em data anterior a Resolução Conama 273/2000, ou estabelecimentos que possuam pelo menos um dos tanques aéreos não aprovado nos ensaios de requalificação.

notificação, devem apresentar as seguintes informações: - identificação do empreendimento; - identificação do responsável pela solicitação; - identificação e característica do equipamento a ser substituído; motivo de sua substituição, característica do equipamento a ser instalado e data da execução das obras. No caso de remoção de tanques deve ser cumprido o “Procedimento para Remoção de Tanques e Desmobilização de Sistema de Armazenamento e Abastecimento de Combustíveis” da CETESB. As instalações enquadradas na situação “c”, embora não sujeitas a licenciamento, devem atender às exigências técnicas da CETESB relativas a Sistemas Aéreos de Armazenamento de Combustíveis – SAAC contidas nos Quadros de Exigências para o Licenciamento Ambiental (Anexo II) e às normas técnicas da ABNT.⁶⁶

No geral, é um procedimento simples, sem muitas inovações, trazendo o básico para o empreendedor que almeja regularizar sua empresa perante o órgão ambiental competente.

2.5.4 Minas Gerais

O estado de Minas Gerais é o que detém o menor IDH da região sudeste e apresenta uma simplória Deliberação Normativa acerca dos procedimentos para o licenciamento ambiental de postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis.

O Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, órgão que editou a Deliberação Normativa acima referida, foi instituído pelo Decreto nº 18.466, de 29 de abril de 1977, e rege-se, dentre outras normas, pela Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016 e pelo Decreto Estadual nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016.

É um órgão colegiado, normativo, consultivo e deliberativo, subordinado administrativamente à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, do qual o secretário é seu presidente.

A Deliberação Normativa COPAM nº 50, de 28 de novembro de 2001, alterada pela Deliberação Normativa COPAM nº 108, de 24 de maio de 2007, estabelece os procedimentos para o licenciamento ambiental de postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis e dá outras providências.

Conforme já mencionado, a referida Deliberação Normativa é bem singela contendo apenas oito artigos em seu bojo, com destaque para a possibilidade de

⁶⁶ SÃO PAULO, 2002.

concessão das licenças prévia e de instalação de forma concomitante, com base no artigo 4º, § 1º da Resolução CONAMA nº 273/2000.

Outro destaque vai para o artigo 6º que trata da dispensa do licenciamento ambiental, e nada tem a ver com a dispensa mencionada no Roteiro Único utilizado em São Paulo, pois em Minas, a única possibilidade de escusa é para:

As instalações de sistema de abastecimento aéreo de combustíveis (SAAC) com capacidade total de armazenagem menor ou igual a 15 m³ (quinze metros cúbicos), desde que destinadas exclusivamente ao abastecimento do detentor das instalações, devendo ser construídas de acordo com as normas técnicas da ABNT em vigor, ou na ausência delas, com normas internacionalmente aceitas.⁶⁷

Finalizando, a mencionada Deliberação Normativa também prevê a possibilidade de Autorização Ambiental de Funcionamento – AAF, porém, não há na lei a definição do que vem a ser essa autorização, tampouco os requisitos necessários para que o empreendedor possa solicitá-la.

Tal definição é encontrada na Deliberação Normativa COPAM nº 74, de 9 de setembro de 2004, a qual estabelece critérios para classificação, segundo o porte e potencial poluidor, de empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente passíveis de autorização ambiental de funcionamento ou de licenciamento ambiental no nível estadual, entre outras.

Assim, os empreendimentos ou atividades consideradas de impacto ambiental não significativos estão dispensados do licenciamento ambiental e devem, obrigatoriamente, requerer a Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF) – um processo mais simples e rápido para a regularização, dentre eles os postos de combustíveis e afins.

2.5.5 Distrito Federal

O Distrito Federal, com maior IDH do Brasil, tem em sua Lei distrital de nº 41, de 13 de setembro de 1989, disposições acerca da Política Ambiental do Distrito Federal e outras providências.

⁶⁷ MINAS GERAIS, 2007.

A partir do artigo 18, temos os conceitos das licenças ambientais, seus respectivos prazos de validade, possibilidades de renovação e a possibilidade de realização de vistorias pelo órgão competente mesmo durante a vigência de qualquer licença, demonstrando, mais uma vez, o caráter *sui generis* das licenças ambientais.

Com relação ao licenciamento de postos de combustíveis no DF, é o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (IBRAM), criado em 28 de maio de 2007 por meio da Lei nº 3.984, para ser o órgão executor de políticas públicas ambientais e de recursos hídricos no Distrito Federal, que editou a Instrução nº 213, de 25 de outubro de 2013.

Seguindo a mesma linha das outras legislações já estudadas anteriormente, a presente Instrução também traz os conceitos das licenças ambientais logo no artigo 4º, classificando-as como atos administrativos, e incluindo a Autorização Ambiental – AA, destinada a aprovar a desativação ou paralisação temporária dos empreendimentos e a autorizar a desativação do empreendimento com a remoção dos tanques de armazenamento de combustíveis.

Frise-se que a Autorização não supre as licenças ambientais, servindo apenas para agilizar o procedimento de desativação, paralisação e desativação com remoção dos tanques.

Após, a Instrução elenca os documentos necessários para a obtenção das licenças e as adequações necessárias aos empreendimentos já existentes antes da legislação entrar em vigor, bem como alguns anexos contendo roteiros para elaboração de estudos nos postos que pleiteiam as licenças ambientais.

2.5.6 Mato Grosso

Mato Grosso, último no ranking do IDH na região Centro-Oeste, tem sua legislação ambiental traduzida na Lei Complementar nº 38, de 21 de novembro de 1995, já alterada diversas vezes por outras leis supervenientes.

A estrutura da Lei Complementar é semelhante a Lei nº 6.938/81, que trata da política nacional do meio ambiente, se espelhando na sua organização no que tange aos capítulos e respectivas seções.

No que diz respeito ao licenciamento ambiental, a LC nº 38 trouxe três fases de licenças ambientais que não constam em outras leis já estudadas até o presente momento, a saber:

- Licença Ambiental Única (LAU): concedida nos termos do regulamento, autorizando a exploração florestal, desmatamento, atividades agrícolas e pecuária;
- Licença de Operação Provisória (LOP): concedida, na forma do regulamento, estabelecendo as condições de realização ou operação de empreendimentos, atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário ou para execução de obras que não caracterizem instalações permanentes. Caso o empreendimento, atividade, pesquisa, serviço ou obra de caráter temporário, passe a configurar situação permanente, será exigido o licenciamento ambiental correspondente;
- Licença Florestal: concedida, na forma do regulamento, com a aprovação do Plano de Manejo Florestal Sustentável.

Acerca das licenças mencionadas, nota-se que nenhuma delas se aplica ao empreendimento de postos de combustíveis. Sendo assim, passaremos a analisar a legislação específica.

A Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEMA, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, a qual foi criada através da mesma LC nº 38 acima referida, estabeleceu o procedimento para licenciamento ambiental de postos de combustíveis e afins, através da Instrução Normativa nº 001/2014.

Didaticamente, a presente Instrução é a que apresenta uma das melhores divisões, trazendo basicamente três títulos, da licença ambiental para os novos estabelecimentos, dos estabelecimentos em operação e dos estabelecimentos arrendados, bem como quatro anexos que tratam dos estudos, análises, planos e valores a serem aplicados no licenciamento.

Apesar de não ser uma Instrução extensa, é bem meticulosa no que diz respeito ao licenciamento de novos estabelecimentos, delimitando, por exemplo, que no anteprojeto para a obtenção da licença prévia (LP), contenha a justificativa da escolha do local, abordando a caracterização da área e do seu entorno num raio de 200 metros, dentre outras exigências.

2.5.7 Rio Grande do Norte

Chegando ao nordeste do país, encontramos o estado do Rio Grande do Norte, maior IDH da região, com a Lei Complementar nº 272, de 3 de março de 2004, que dispõe sobre a Política e o Sistema Estadual do Meio Ambiente, as infrações e sanções administrativas ambientais, as unidades estaduais de conservação da natureza, institui medidas compensatórias ambientais, e dá outras providências.

Mencionada lei tem em seu bojo inúmeros dispositivos, inclusive um capítulo destinado à apuração das infrações administrativas, com prazos referentes ao processo administrativo para apuração de infração ambiental.

Outro ponto de destaque na LC nº 272/2004, são as fases de licenças ambientais elencadas. Assim como na lei estadual do Mato Grosso, na LC potiguar temos as seguintes inovações:

- Licença Simplificada (LS): concedida para a localização, instalação, implantação e operação de empreendimentos que não apresentem significativo potencial poluidor, assim entendidos, aqueles que, na oportunidade do licenciamento: a) possam ser enquadrados na categoria de baixo potencial poluidor, segundo os critérios definidos nesta Lei Complementar e seus Anexos; ou b) representem atividades ou empreendimentos de caráter temporário, que não impliquem instalações permanentes;
- Licença de Regularização de Operação (LRO): concedida aos empreendimentos e atividades que, na data de publicação desta Lei Complementar, estejam em operação e ainda não licenciados, para permitir a continuidade da operação, após análise da documentação requerida pela autoridade ambiental competente, mediante o cumprimento das condicionantes por ela estabelecidas;
- Licença de Alteração (LA): para alteração, ampliação ou modificação do empreendimento ou atividade regularmente existentes;
- Licença de Instalação e Operação (LIO): concedida para empreendimentos cuja instalação e operação ocorram simultaneamente.

Além disso, o artigo 47 traz inovadoras licenças específicas para o processo de licenciamento para a perfuração de poços, visando à identificação de jazidas de combustíveis líquidos e gás natural:

- Licença Prévia para Perfuração (LPper): por que se permite a atividade de perfuração, mediante a precedente apresentação, por parte do empreendedor, do Relatório de Controle Ambiental (RCA) das atividades, inclusive com a delimitação da área de atuação pretendida, que ficará adstrita sempre a 1 (um) único poço;

- Licença Prévia de Produção para Pesquisa (LPpro): por que se permite a produção para pesquisa da viabilidade econômica do poço, devendo o empreendedor apresentar, para obtenção da licença, o Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA);

Já com relação ao licenciamento de postos de combustíveis, o legislador estadual editou a Resolução CONEMA⁶⁸ nº 06/2011 que “dispõe sobre a instalação e operação de postos (revendedores e de abastecimento), sistemas retalhistas de combustíveis, postos flutuantes e demais instalações que utilizam sistemas de armazenamento de combustíveis e/ou que efetuem troca de óleo e/ou lavagem de veículos”.

Ocorre que na mencionada Resolução, não consta nenhuma informação ou artigo sobre o licenciamento especificamente. O que mais se aproxima é o artigo 1º que diz:

A construção, a instalação, a reforma e a operação de Postos Revendedores e de Abastecimento de Combustíveis e Lubrificantes, bem como a instalação de sistemas Retalhistas de Combustíveis, Postos Flutuantes e estabelecimentos que efetuem os serviços de troca de óleo e/ou lavagem de veículos **dependem de licença ambiental, emitida pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (Idema), ou por órgão municipal competente**, respeitadas as condições estabelecidas nesta Resolução e em outras normas pertinentes a esse tipo de atividade.” (Grifo nosso).⁶⁹

Ao compulsarmos o sítio do IDEMA, nada foi encontrado acerca do licenciamento de postos de combustíveis que pudesse contribuir com o presente trabalho.

⁶⁸ Conselho Estadual do Meio Ambiente.

⁶⁹ RIO GRANDE DO NORTE, 2011.

2.5.8 Alagoas

O estado de Alagoas, menor IDH da região nordeste, apresenta a Lei Ordinária nº 6.787, de 22 de dezembro de 2006, que *“dispõe sobre a consolidação dos procedimentos adotados quanto ao licenciamento ambiental, das infrações administrativas, e dá outras providências”*.

O artigo 3º da lei, atribui ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas – IMA/AL a competência para expedir licenças ambientais, dentre outras.

Ainda na LO alagoana, o artigo 5º leciona sobre as licenças ambientais, tendo apresentado dois tipos que merecem destaque, a saber:

- Autorização: autoriza, precária e discricionariamente, a execução de atividades que possam acarretar alterações ao meio ambiente, por curto e certo espaço de tempo, que não impliquem impactos significativos, sem prejuízo da exigência de estudos ambientais que se fizerem necessários;
- Licença Ambiental Simplificada (LAS): concedida para localização, instalação e operação de empreendimentos ou atividades de micro e pequeno porte que possuam baixo potencial poluidor/degradador com especificações e prazos regulamentados pelo Conselho Estadual de Proteção Ambiental – CEPRAM.

O Rio Grande do Norte já havia apresentado a licença simplificada, inclusive, com texto bem similar ao da legislação de Alagoas, não podendo ser considerada como uma licença inovadora. Já a autorização, faz jus à sua nomenclatura, pois, conforme bem salientou a lei estudada, é ato precário e discricionário.

Com relação ao licenciamento específico de postos revendedores de combustíveis no estado de Alagoas, após minuciosa pesquisa, não foi encontrada nenhuma lei ou algo similar que lecionasse acerca do respectivo tema, apenas orientações e documentos necessários retirados do site do IMA⁷⁰, conforme se observa das imagens abaixo reproduzidos.

⁷⁰ Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas.

Figura 03: fluxograma do processo de licenciamento ambiental de postos de combustíveis



Fonte: Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas.

Figura 04: documentos necessários para o licenciamento ambiental de postos de combustíveis.

Indústrias	DOCUMENTOS DE LICENCIAMENTO PARA POSTOS DE COMBUSTÍVEIS <div>termo-de-referencia-rada</div> <div>check-list-postos-de-combustiveis</div> <div>check-list-autorizacao-para-substituicao-ou-instalacao-de-tanques</div> <div>cadastro-de-postos-de-combustiveis-cpc-renovacao-lo</div> <div>cadastro-de-postos-de-combustiveis-cpc-regularizacao-lo</div> <div>cadastro-de-postos-de-combustiveis-cpc-regularizacao-de-li</div> <div>cadastro-de-postos-de-combustiveis-cpc-lp</div> <div>cadastro-de-postos-de-combustiveis-cpc-lo</div> <div>cadastro-de-postos-de-combustiveis-cpc-li</div>
Mineração	
Postos de Combustíveis	
Serviços de Saúde	
Sistemas de Abastecimento de Água – SAA (ETAs)	
Sistemas de Esgotamento Sanitário – SES	
Transportes (ATPP)	
Transportes (ATRP)	
Usinas de Açúcar e Alcool	
Usinas de Asfalto	

Fonte: Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas.

No presente caso, destaca-se o documento denominado *check-list* (segundo de cima para baixo na lista acima), pois nele encontramos os conceitos utilizados para definir as atividades, as fases de licenças e os respectivos documentos, bem como a possibilidade de prorrogação das licenças já expedidas.

2.5.9 Amapá

Como última região estudada, temos o norte do país, sendo o estado do Amapá o de maior IDH. Sua legislação ambiental começa com a Lei Complementar nº 0005, de 18 de agosto de 1994, trazendo no capítulo IV o licenciamento e suas respectivas diretrizes.

O artigo 12 apresenta as fases de licenças já estudadas e a autorização ambiental, que diferentemente da autorização de Alagoas, será expedida, apenas, para atividades artesanais ou empreendimento de pequeno porte de acordo com critérios fixados em regulamento.

Nota-se que na legislação do Amapá, a autorização não se preocupa com a extensão do possível dano ambiental, mas sim com o tamanho do empreendimento, o que pode induzir a erro, uma vez que uma atividade de pequeno porte poderá causar grandes prejuízos para o meio ambiente a longo prazo.

Já a Resolução nº 0001/99 do Conselho Estadual do Meio Ambiente do Amapá – COEMA estabelece diretrizes para caracterização de empreendimentos potencialmente causadores de degradação ambiental, licenciamento ambiental e dá outras providências.

Assim como no código ambiental, a presente resolução também trata das fases de licenças, complementando com os documentos que deverão ser acostados com o pedido formulado.

Acerca da legislação específica sobre licenciamento de postos de combustíveis, nada foi encontrado no estado do Amapá, apenas as legislações já apresentadas que tratam do licenciamento de forma genérica.

2.5.10 Pará

O estado do Pará, menor IDH da região norte, apresenta-nos a Instrução Normativa nº 11/2011, de 12 de setembro de 2011, que estabelece diretrizes para o licenciamento ambiental de Posto Revendedor – PR, Posto de Abastecimento-PA, Instalações de Sistema Retalhista – ISR, Posto Flutuante – PF e Serviços no Estado do Pará.

Pela primeira vez durante o presente trabalho, temos uma legislação que não conceituou as fases de licença, mas apenas trouxe os documentos e exigências necessárias para a obtenção das mesmas. Como exemplo, podemos citar o documento contido na alínea “a”, do inciso II que trata da concessão da Licença de Instalação.

A mencionada Instrução foi editada pela Secretária de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), órgão responsável por promover a gestão ambiental integrada, compartilhada e eficiente, compatível com o desenvolvimento sustentável, assegurando a preservação, a conservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida.

Na Lei Estadual nº 5.887, de 9 de maio de 1995, que dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente temos a conceituação das licenças ambientais, seguindo o mesmo raciocínio das outras legislações. Assim, o artigo 94 traz as fases de licenças, porém, sem nenhuma inovação ou licença não estudada.

2.5.11 Sergipe

Sergipe é o menor estado da Federação, situado na região Nordeste, ocupando uma área total de 21.915,116 km². Em 2010, de acordo com o censo publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sua população foi recenseada em 2.068.017 habitantes.

Apesar de Sergipe não estar inserido no ranking apresentado no item 2.5, ou seja, não é o maior nem o menor IDH do Nordeste, teve seu acervo de legislações vasculhado no presente trabalho por ser o estado onde o autor habita.

Ao analisarmos a legislação estadual, encontramos primeiramente a Lei nº 5.858, de 22 de março de 2006, que “dispõe sobre a Política Estadual do Meio

Ambiente, institui o Sistema Estadual do Meio Ambiente, e dá providências correlatas”, contendo 114 artigos, albergando diversos tópicos.

O artigo 46, insculpido na Seção V – Do Processo de Licenciamento Ambiental – e na Subseção I – Da Licença Ambiental – apresenta as fases de licenças já estudadas, qual sejam: Licença Prévia (LP); Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO).

Na Subseção II, artigo 61, temos também a Autorização e a Declaração Ambiental.

A primeira, já foi estudada neste trabalho e consiste em “um ato administrativo discricionário e precário, através do qual o órgão ambiental competente consente o exercício de atividades ou empreendimentos de pequeno potencial de impacto ambiental, e temporário”. Parênteses para ressaltar que seguindo a mesma linha do conceito da legislação alagoana e diferente da lei do Amapá, em Sergipe mensurasse a extensão do impacto ambiental para conceder ou não a autorização.

A segunda, trata-se de um consentimento, pelo órgão ambiental competente, do exercício de atividade ou execução de obra de baixo impacto, desde que motivada através parecer técnico, e, quando couber, jurídico.

Além da referida lei estadual, temos também a Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA nº 6, de 29 de julho de 2008, que dispõe sobre procedimentos administrativos do licenciamento ambiental, critérios de enquadramento e tipificação de atividades e empreendimentos potencialmente causadores da degradação ambiental e fixação de custos operacionais e de análise das licenças ambientais e autorizações.

Mais uma vez temos uma repetição na conceituação das fases de licenças ambientais. Entretanto, o destaque para essa Resolução é o Anexo I que contém a lista de atividades passíveis de licenciamento ambiental no estado de Sergipe classificadas pelo potencial poluidor degradador (PPD), onde os postos de revenda de combustíveis e derivados de petróleo – com ou sem lavagem e ou lubrificação de veículos – receberam o PPD médio, o que reflete na obrigatoriedade de expedição das licenças ambientais, impossibilitando, por exemplo, uma Autorização Ambiental.

No que tange à legislação específica de postos de combustíveis, nada foi encontrado na pesquisa feita junto aos órgãos competentes do estado. Dessa forma, encerramos a análise das legislações estaduais sobre licenciamento de postos de combustíveis.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estudo doutrinário sobre licenciamento ambiental e das legislações estaduais acerca do licenciamento de postos de combustíveis, notou-se que existe uma severa preocupação com a proteção do meio ambiente equilibrado em detrimento da implantação e funcionamento de empreendimentos potencialmente causadores de degradação ambiental.

Os postos de combustíveis, por serem empreendimentos com riscos de contaminação ambiental, recebem um tratamento legislativo rigoroso tanto no âmbito nacional como estadual.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, através da Resolução nº 237, aparelha os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos e a sua regulamentação, já demonstrando uma preocupação com a respectiva atividade.

A Agência Nacional do Petróleo – ANP, órgão regulador da indústria do petróleo, editou a Resolução nº 41 que estabelece diretrizes para o licenciamento ambiental de postos de combustíveis e serviços e dispõe sobre a prevenção e controle da poluição.

Frise-se que as Resoluções convivem harmonicamente no ordenamento jurídico brasileiro, onde, inclusive, diversas legislações estaduais fazem menção a elas nas considerações iniciais de suas respectivas leis.

No âmbito estadual, alguns apresentam-nos Código Ambiental próprio, a exemplo de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e outros estados editaram leis acerca da política estadual do meio ambiente, apresentando diversos dispositivos que protegem o meio ambiente, inclusive relacionando as atividades potencialmente capazes de gerar danos ao meio ambiente e que se obrigam ao licenciamento.

Nos estados que foram estudados no presente trabalho, notou-se que a classificação no *ranking* do IDH em nada influencia na qualidade da legislação apresentada, uma vez que estados com IDH alto repetem em suas legislações os conceitos que dispõe a Resolução 237 do CONAMA e a Lei nº 6.938 que trata da Política Nacional do Meio Ambiente, principalmente os relacionados as fases de licenças existentes.

Encontramos em sua grande maioria, Instruções Normativas editadas pelos órgãos ambientais competentes que regulamentam a instalação e funcionamento dos postos de combustíveis e afins, sendo as leis estaduais responsáveis por editar as diretrizes gerais do licenciamento ambiental.

Mesmo nos estados onde não foram encontradas legislações específicas sobre licenciamento de postos de combustíveis, todos têm legislações contendo o licenciamento ambiental, seja em seus Códigos Ambientais ou em suas Políticas Estaduais do Meio Ambiente, o que demonstra a preocupação com a proteção do meio ambiente e o cumprimento do que determina a Constituição Federal, quando leciona que o Poder Público tem o dever defendê-lo.

Especificamente e exemplificando o parágrafo acima, no estado de Sergipe não foi encontrada legislação especial sobre licenciamento de postos de combustíveis, porém, encontramos a Lei nº 5.858, de 22 de março de 2006, que dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, dentre outras providências, a qual traz diversos dispositivos protetores do meio ambiente, inclusive as licenças ambientais necessárias aos empreendimentos e atividades com potencial nível de degradação.

Além da mencionada lei, temos a Resolução CEMA nº 6, de 29 de julho de 2008, que dispõe sobre procedimentos administrativos do licenciamento ambiental, entre outras providências, onde no Anexo I, os postos de revenda de combustíveis e derivados de petróleo – com ou sem lavagem e ou lubrificação de veículos – receberam o grau médio de potencial poluidor degradador (PPD), o que reflete na obrigatoriedade de expedição das licenças ambientais, impossibilitando, por exemplo, uma Autorização Ambiental.

Assim, os postos de combustíveis e afins no estado de Sergipe deverão seguir o procedimento do licenciamento ambiental previsto da Resolução estudada, independentemente da existência ou não de legislação específica.

Por tudo o que foi exposto no presente trabalho, conclui-se que os Estados estão preparados com legislações eficientes para controlar esse tipo de atividade poluidora, devendo-se destacar que conforme já salientado, nem todos têm legislações diretamente ligadas ao licenciamento de postos de combustíveis, porém, através da legislação genérica é possível exigir o licenciamento e proteger o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presente e futuras gerações.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Lei Ordinária n. 6.787, de 22 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.al.gov.br/legislacao/leis/leis-ordinarias/2006/lei-ordinaria-6787>. Acesso em: 09 nov. 2016.

AMAPÁ. Lei Complementar n. 0005, de 18 de agosto de 1994. Disponível em: <http://www.gestor.ap.gov.br/editor/Arquivos/Texto/Gestor9659d90d76f22e95e1c79640d095d890Texto.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2016.

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito ambiental*. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015, p. 25.

BARROSO, Luis Roberto. *A proteção do meio ambiente na Constituição brasileira*. Revista Forense, v. 317, 1992, p.177.

BIAGI, Marta Cristina. *Pesquisa científica: roteiro prático para desenvolver projetos e teses*. Curitiba: Juruá, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de direito constitucional*. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 966.

CONAMA, Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997.

CONAMA, Resolução nº 273, de 29 de novembro de 2000.

COSTA, Sandro Luiz da. *Gestão integrada de resíduos sólidos urbanos: aspectos jurídicos e ambientais*. Aracaju: Evocati, 2011, p. 17.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. *Curso de direito administrativo*. 11. ed. Salvador: JusPodivm, 2012, p. 132.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 623.

Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking> acesso em 31 de out. 2016.

Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/DAI/_arquivos/iaraverocai2.pdf acesso em 15 de nov. 2016.

Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/dai_pnc/_arquivos/pnc_caderno_licenciamento_ambiental_01_76.pdf acesso em 15 de nov. 2016.

Disponível em:
http://www.suapesquisa.com/ecologiasaude/desenvolvimento_sustentavel.htm
 acesso em 27 de set. 2016.

Disponível em:
http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/ acesso em 27 de set. 2016.

DISTRITO FEDERAL. Instrução nº 213, de 25 de outubro de 2013. Disponível em:
<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=261233>. Acesso em: 02 nov. 2016.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Curso de direito ambiental brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 199-200.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2015, p. 64.

MATO GROSSO. Lei Complementar n. 38, de 21 de novembro de 1995. Disponível em:
<http://app1.sefaz.mt.gov.br/sistema/legislacao/LeiComplEstadual.nsf/9e97251be30935ed03256727003d2d92/589a53ac84391cc4042567c100689c20?OpenDocument>.
 Acesso em: 30 out. 2016.

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. *Manual de metodologia da pesquisa no direito*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MILARÉ, Édis. *Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco*. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 420-421.

MINAS GERAIS. Deliberação Normativa n. 108, de 24 de maio de 2007. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6850>. Acesso em: 30 out. 2016.

Organização das Nações Unidas [ONU], *Declaração de Estocolmo Sobre o Ambiente Humano*, 1972.

Organização das Nações Unidas [ONU], *Relatório de Brundtland*, 1987.

PARÁ. Instrução Normativa n. 11, de 12 de setembro de 2011. Disponível em:
<https://www.semas.pa.gov.br/2011/09/12/instrucao-normativa-no-112011-de-12092011/>. Acesso em: 30 nov. 2016.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei Complementar n. 272, de 03 de março de 2004. Disponível em:
<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC000000000105574.PDF>. Acesso em: 15 nov. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Lei n. 11.520, de 03 de agosto de 2000. Disponível em:
<http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?idNorma=11&tipo=pdf>. Acesso em: 28 out. 2016.

SANTA CATARINA. Instrução Normativa n. 01, de 21 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://www.fatma.sc.gov.br/conteudo/instrucoes-normativas>. Acesso em: 25 out. 2016.

SÃO PAULO. Roteiro Único, de 11 de novembro de 2016. Disponível em: <http://cetesb.sp.gov.br/licenciamento/arquivos/S694.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2016.

SARLET, Ingo Wolfgang e FENSTERSEIFER, Tiago. *Princípios do direito ambiental*. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 90.

SERGIPE. Lei n. 5.858, de 22 de março de 2006. Disponível em: www.semarrh.se.gov.br/modules/wfdownloads/visit.php?cid=1&lid=66. Acesso em: 20 out. 2016.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 501.

SILVA, José Afonso da. *Direito ambiental constitucional*. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 61.

SILVA, Romeu Faria Thomé da. *Manual de direito ambiental*. Salvador: JusPodivm, 2014, p. 236-237.

SOUZA, Maria Lucia Cardoso de. *Entendendo o licenciamento ambiental passo a passo: normas e procedimentos*. Salvador: Ambiente Sustentável – Assessoria e Treinamento LTDA., 2010, p. 35.